

Reflexões sobre a crise da esquerda organizada e o Leninismo

Lucas Pacheco Campos
Agatha Justen Gonçalves Ribeiro

Resumo: A crise do sistema capitalista mundial somada ao esgotamento do projeto de conciliação e do modelo de acumulação adotado pelo Partido dos Trabalhadores nos últimos anos são fatores que têm motivado o recrudescimento dos conflitos entre capital e trabalho no Brasil. Com o intuito de retomar taxas de acumulação do passado, a burguesia brasileira vem se articulando para garantir a imposição de um modelo neoliberal radicalmente conservador no campo dos direitos sociais e trabalhistas. Esse cenário tem afetado com muita intensidade o conjunto da classe trabalhadora brasileira, exigindo respostas da esquerda organizada. Entretanto, apesar de certas demonstrações pontuais, como as paralizações do dia 15 de março e a greve geral de 28 de abril de 2017, a esquerda organizada não parece estar conseguindo agir com a organicidade e a radicalidade que o tempo histórico exige. Considerando tal situação, este trabalho refletirá sobre a crise da própria esquerda revolucionária e organizada, sobretudo os socialistas e comunistas, que não se iniciou no momento presente, e que demanda um processo de crítica e autocrítica profundo. Realizaremos um exercício crítico sobre as formas de organização dos trabalhadores nas últimas décadas, especialmente seus sindicatos e partidos. Objetivando a superação de suas debilidades, trataremos da crise da esquerda no Brasil e no mundo. Nesse trajeto, tomaremos como referência as teses centrais elaboradas por Lênin em "Que fazer?". Examinaremos o quanto nos distanciamos daquela proposta e o quanto ela continua como a alternativa adequada de organização e educação para a luta política da classe trabalhadora.

Palavras-chave: Crise da esquerda organizada; Partido Revolucionário; Leninismo.

Reflections about the organized left crisis and Leninism

Abstract: The capitalist world crisis combined with the exhaustion of the conciliation project and the accumulation model adopted by Brazilian Workers' Party in the last years are factors that have motivated the resurgence of capital and labor conflicts in Brazil. In order to recover rates of accumulation, Brazilian bourgeoisie has been articulating itself to guarantee the imposition of a radical conservative neoliberal model, attacking social and labor rights. This context has strongly affected the whole Brazilian working class, demanding responses from the organized left. However, despite punctual demonstrations, such as the production's stoppage of March 15th and the general strike of April 28th, the organized left doesn't seem to be able to act with the organicity and radicalism that history demands. Considering this situation, this work will reflect on the crisis of revolutionary and organized left, especially socialists and communists, which has not started in the present moment, and which demands a profound process of critique and self-criticism. We will develop a critical reflection on the workers' organization in the last decades, especially their unions and parties. Trying to overcome their weaknesses, we will study the left crisis in Brazil and in the world. In this way, we will take as reference the central thesis elaborated by Lenin in "What Is To Be Done?". We will examine how far we have departed from that proposal and how far it remains as the appropriate organization's form for working class education and political struggle.

Keywords: Organized Left Crisis; Revolutionary Party; Leninism.

Introdução

A ofensiva da burguesia, organizada enquanto classe, tornou-se aguda nos últimos 4 anos no Brasil, a partir da combinação da crise aberta no modo de produção capitalista, em nível global, com o esgotamento do modelo neoliberal adotado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), em nível nacional.

Em âmbito interno, o projeto petista iniciado em 2003 ficou marcado pela combinação de políticas keynesianas de expansão do consumo agregado e do investimento, que favoreciam decisivamente a grande burguesia e o capital financeiro, com políticas sociais focalizadas, onde pontificam as "ações afirmativas", as compensatórias, os incentivos fiscais e os impulsos creditícios ao empreendedorismo e outras formas de subemprego e emprego precário. Apesar da implementação de tal projeto – marcadamente conciliatório e benevolente com amplas parcelas do empresariado, sobretudo o setor financeiro, o agronegócio e partes da indústria –, ao surgirem os primeiros sinais de erupção de uma nova crise econômica, a burguesia brasileira se articulou para, usando seus recursos econômicos, midiáticos e institucionais (políticos e jurídicos), impor o retorno de um modelo neoliberal radicalmente conservador em suas proposições no campo dos direitos sociais e trabalhistas.

Este processo culminou com a deposição de Dilma Rousseff e a nomeação de seu vice, Michel Temer, em agosto de 2016, interrompendo o projeto de acumulação e conciliação liderado pelo petismo e aprofundando uma agenda política drasticamente nociva aos trabalhadores e às trabalhadoras¹. Tal cenário, que penaliza extensamente a classe trabalhadora e os setores mais pauperizados, traz consigo a necessidade de reação dessas mesmas camadas. Como há muito não se via, os setores organizados da esquerda vêm promovendo uma série de ações com vistas à responder aos inúmeros ataques aos direitos trabalhistas e sociais².

¹ Importante registrar que o PT já vinha colocando em prática uma agenda político-econômica marcadamente recessiva desde o início do segundo mandato de Dilma Rousseff, em janeiro de 2015, a despeito das promessas de campanha anunciarem exatamente o oposto. Não à toa, o Ministro da Fazenda nomeado pela ex-presidente foi Joaquim Levy, diretor do segundo maior banco privado do país até novembro de 2014. Portanto, a retomada de um modelo neoliberal radicalmente conservador não foi iniciada, mas sim aprofundada após a deposição de Dilma Rousseff.

² Referimo-nos, por exemplo, às manifestações de rua nos dias 08/03, 15/03, à marcha à Brasília em 24/05; a greve geral de 28/04 - com um grau de adesão e repercussão surpreendentes tanto para a burguesia quanto para a própria esquerda - e à greve geral de 30/06, que embora não tenha tido a proporção e o alcance da primeira, teve um efeito significativo.

Contudo, tal movimentação nos remete às fragilidades que têm se manifestado na ação da esquerda organizada em geral, mas principalmente da esquerda socialista e comunista, e que não se resolveu a tempo de permitir que estes tenham a organicidade, o acúmulo e a radicalidade suficientes para cumprir seu papel nessa conjuntura. Desse modo, a crise atual traz a necessidade de se refletir sobre a crise da própria esquerda socialista, que não se iniciou no momento presente, e que demanda um processo de crítica e autocrítica profundo. Neste trabalho, buscamos nos somar àqueles que vem realizando esse exercício crítico sobre o que é a esquerda e qual é o seu papel na atual quadra histórica, no sentido de contribuir para a superação de suas debilidades.

Isso porque, para além dos ataques ao trabalho, enquanto categoria antagônica ao capital, e aos trabalhadores, enquanto classe, as crises do capital abrem também janelas históricas capazes de possibilitar um salto qualitativo em termos de construção da consciência política e organização de classe. No entanto, esse salto não ocorre como uma consequência automática da crise do capital, como alguns autores e grupos políticos exaltaram a partir de 2008 (ver Wallerstein, 2010)³. Sabe-se que as crises sistêmicas expressam com destacada evidência as contradições desse modo de produção e organização social e que, por outro lado, historicamente cada nova crise tem esgotado as alternativas de solução para o capital. No entanto, a exacerbação profunda das contradições que constituem a essência desse sistema e sua superação só podem ocorrer pela ação da classe trabalhadora. E, para isso, os trabalhadores precisam estar organizados enquanto classe.

Tal constatação não apresenta nenhuma novidade. É exaltada por muitos marxistas nos debates acadêmicos e pelos partidos e coletivos políticos que se identificam com o socialismo e o comunismo e se pretendem revolucionários. A grande questão é que os caminhos para se chegar lá parecem cada vez mais distantes e desconhecidos. Onde se encontra o problema?

Nesse artigo, a partir da análise da atuação da esquerda nas últimas décadas, das suas transformações e das mudanças sofridas nas relações sociais de produção que afetam a categoria trabalho, argumentamos que grande parte da crise da esquerda se deve ao abandono da organização partidária e do próprio projeto revolucionário. Tomando como referência o "Que fazer?" e outras obras de Lênin, recuperaremos os

³ Wallerstein (2010), por exemplo, argumenta que estamos vivenciando a crise estrutural terminal do sistema capitalista, que se iniciou nas últimas décadas do século XX e passa pelos seus últimos suspiros até o perecimento final que ocorrerá daqui a 30 ou 40 anos.

princípios da organização revolucionária, examinando o quanto nos distanciamos daquela proposta e o quanto ela continua como a alternativa adequada de organização e educação para a luta política dos trabalhadores e das trabalhadoras, na disputa revolucionária do Estado e de suas políticas.

Centralidade do trabalho: ainda existe um sujeito revolucionário?

Parece não haver dúvidas de que a discussão sobre a organização/ação revolucionária necessita de um pressuposto básico: a existência do sujeito revolucionário, isto é, a classe antagonista à burguesia, responsável por produzir as riquezas do capitalismo e que “não têm nada a perder senão os seus grilhões” (MARX & ENGELS, 1982, p. x). Será que esse proletário definido por Marx ainda existe? Um longo debate vem se desenrolando nas últimas décadas em torno dessa questão.

A partir do fim dos anos 1960 e início dos 1970, iniciou-se um complexo conjunto de transformações sociais e econômicas que, em maior ou menor grau, afetaram os processos produtivos e as relações entre capital e trabalho em todo o mundo. O capitalismo entrava no que Mézáros (2011) identificou como crise estrutural e, por imposição de seus imperativos fundamentais, precisava se transformar para continuar com sua infinita sede por acumulação. Ao mesmo tempo, sua antítese mais desafiadora, as experiências do que ficou conhecido como socialismo real, também estava em crise e se alterava desde, pelo menos, o fim dos anos 1950. As condições materiais e objetivas se modificavam, influenciando a subjetividade e as formas de sociabilidade até então estabelecidas.

A base real que fundamenta este complexo de transformações se localiza na combinação da crise do socialismo real com a crise estrutural do capital e a reorganização do sistema produtivo, sob a forma neoliberal. Como resultado, o mundo das ideias e as próprias relações sociais de produção se transformavam drasticamente. A centralidade do trabalho e o próprio horizonte revolucionário são colocados em xeque.

Com o declínio do sistema fordista de produção e a substituição pelo toyotismo e sua administração flexível, houve inúmeras modificações na natureza do trabalho. O desemprego iniciado pela crise e intencionalmente não superado pelo toyotismo, a extensa automação, a multifuncionalidade (ou polivalência), a terceirização, são algumas das características desse novo modelo de produção que alterou significativamente os tipos e os postos de trabalho. A partir de então, o operário taylorista-fordista, cujo recurso principal era o trabalho manual desempenhado em

empresas verticalizadas com longas linhas de montagem, é substituído por máquinas, isto é, trabalho morto. Este processo de automação, além de reduzir enormemente o número de trabalhadores nas fábricas, passa a exigir dos poucos que sobrevivem recursos intelectuais, que lhes permitem coordenar as máquinas e desempenhar múltiplas funções simultaneamente. Indubitavelmente, o operariado “tradicional”, industrial, tem seu espaço significativamente reduzido no mercado de trabalho. Dos postos que se mantêm, o quadro também se altera, dado que a inflexão neoliberal garante a necessária desregulamentação das leis trabalhistas que permite ao patronato exercer as pressões e modificações almejadas para elevar constantemente a produtividade, concretizados com contratos temporários, part-time, banco de horas, dentro outros termos que revelam o caráter instável do trabalho.

Em síntese, o receituário neoliberal apontava tanto para o mercado, aplicando uma profunda reestruturação produtiva no sentido de alcançar formas flexíveis de acumulação, quanto para o Estado, promovendo reformas com o intuito de garantir as intervenções e desregulamentações necessárias para a retomada do processo de acumulação do capital.

Este cenário, acompanhado pela crise dos projetos coletivos – fim da URSS e refluxo do movimento sindical –, gerou um debate nas ciências sociais que coloca em questão quem é o sujeito revolucionário nos tempos atuais. Ao reduzir a percentuais mínimos os operários industriais no rol de assalariados – ou seja, os trabalhadores produtivos, responsáveis diretos pela produção de mais valia e, logo, pela reprodução do capital – teriam os capitalistas finalmente derrotado sua classe antagônica?

Durante as décadas de 1980 e 1990, amparados principalmente por Habermas (2011), a partir de uma perspectiva eurocêntrica, foram recorrentes os estudos que respondiam afirmativamente a essa indagação. Decretava-se o fim do trabalho e, conseqüentemente, a perda de sentido da teoria do valor.

Para a esquerda, o resultado seria a irreversibilidade de seu potencial transformador, seja pela crise dos partidos de esquerda revolucionários, seja principalmente pela decadência do sindicalismo que não poderia mais recuperar seu grau de representatividade e combatividade que conheceu nas décadas anteriores.

Sobre isso, duas observações são importantes. Primeiramente, é inquestionável o refluxo sofrido pelas lutas progressistas – para usar um termo mais amplo – tanto no âmbito político-institucional, quanto nas lutas economicistas que caracterizam grande parte do movimento sindical, quanto ainda no meio social. Destaque-se a persistente

dificuldade de reversão desse quadro em nível mundial. Em segundo lugar, os motivos que explicam tal situação, embora incluam a problemática do trabalho no capitalismo flexível, vão muito além desta questão. No entanto, não podemos desconsiderar que a dimensão do trabalho ocupa posição central quando se trata de perspectivas de transformação social.

Como ponto de partida, devemos então tecer algumas reflexões sobre esse debate. Podemos falar no fim da “centralidade do trabalho” na (re)produção do sistema capitalista? Os sujeitos revolucionários foram suplantados? Entendemos que tal debate já estaria definitivamente encerrado (ou, pelo menos deveria) desde a sistematização da ontologia do ser social realizada por Lukács, que parte do próprio Marx. Entretanto, com a conjuntura histórico-social das últimas décadas, uma série de teóricos marxistas se viram obrigados a retornarem aos estudos sobre essa temática, focando na atual etapa do sistema capitalista. Hoje, há considerável acúmulo de análises que nos permite, sem rodeios, afirmar que o trabalho não perdeu a centralidade na sociedade capitalista.

Partindo de percepção sobre a conjuntura atual semelhante à nossa, Sérgio Lessa e Ivo Tonet (2012) entendem que as últimas décadas ficaram marcadas por duas tendências que se fazem notar mundialmente: pelo aprofundamento da crise do capital, por um lado; e pela ausência de crises revolucionárias, por outro. Ou seja, a crise estrutural do capital e seus respectivos remédios no campo da produção se somaram a um refluxo das lutas anticapitalistas em escala planetária e permitiram o seguinte raciocínio:

Essa ausência do proletariado na cena revolucionária e as transformações no processo produtivo levaram muitos a defender que essa classe já não seria mais o sujeito da revolução. Os sujeitos revolucionários deveriam ser buscados entre os movimentos sociais, esquecendo que apenas o proletariado, por sua função no processo de produção, continua a ser a única classe essencialmente revolucionária (LESSA e TONET, 2012, p. 91).

Os autores são categóricos em negar esta argumentação, justamente por lembrarem do posicionamento do trabalho como única categoria social capaz de gerar valor. Portanto, enquanto houver extração de trabalho vivo por trabalho morto, isto é, expropriação de trabalho por parte do capital, a classe trabalhadora seguirá sendo a única que cria riqueza social e, por isso mesmo, o sujeito revolucionário por excelência. Ao mesmo tempo, Lessa e Tonet (Idem) advertem que o reconhecimento sobre o potencial revolucionário dos trabalhadores em hipótese alguma significa que a revolução será obra apenas dessa classe. Lembram que “todas as revoluções sempre foram obra de uma aliança de classes, mas também sempre lideradas por uma classe

revolucionária. Isso aconteceu com as revoluções burguesas e também ocorrerá com as revoluções proletárias” (LESSA e TONET, 2012, p. 91).

Avançando nesta discussão, Antunes (2003) argumenta que, para se compreender adequadamente o que é a classe trabalhadora hoje, é necessário superar a ideia de proletariado restrito ao universo industrial, isto é, ao trabalho produtivo como sendo exclusivamente aquele realizado na esfera fabril. A classe trabalhadora compreende aqueles e aquelas que vivem da venda da sua força de trabalho, ou seja, que não possuem outra forma de sobrevivência que não a venda de sua força de trabalho. Daí o autor falar em classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 2009).

Nesse quadro, segundo Antunes (2003, p. 217), encontram-se os “trabalhadores precarizados, terceirizados, fabris e de serviços, *part-time*, que se caracteriza pelo trabalho temporário, pelo trabalho precarizado, em expansão na totalidade do mundo produtivo”. O autor inclui ainda o proletariado rural e “a totalidade dos trabalhadores desempregados que se constituem nesse monumental exército industrial de reserva” (Idem, p. 218). Quem, então, não faz parte da classe trabalhadora? Para o autor, “os gestores do capital, que são parte constitutiva (objetiva e subjetivamente) das classes proprietárias”, os quais são “as personificações assumidas pelo capital”. Além destes há “aqueles que vivem de juros e da especulação” (Idem).

É inquestionável o fato de que a etapa neoliberal promove uma série de modificações na forma de extração da mais-valia. Entretanto, tais transformações se inserem no próprio movimento típico das crises capitalistas, apontando para a retomada dos processos de acumulação de capital, ao mesmo tempo em que são mantidos intactos os imperativos e as contradições fundantes deste sistema de produção. Assim, apesar das transformações no mundo do trabalho, a base da exploração capitalista segue fundada na apropriação individual do trabalho social. Em poucas palavras, os trabalhadores, criados pela forma de dominação e de produção burguesa, continuam sendo os agentes da destruição da ordem capitalista.

Crise da esquerda revolucionária organizada

Se, por um lado, não podemos concordar com o diagnóstico de “vitória do capitalismo” pelo fim dos trabalhadores que sustentam o sistema, por outro, também não podemos ignorar a profunda crise pela qual passa a esquerda organizada e suas principais frentes de atuação: partidos e sindicatos. Essa crise, sentida fortemente nos tempos atuais, não pode ser compreendida sem a recuperação dos fenômenos que

acompanharam a esquerda nas últimas décadas. Tal recuperação histórica, por outro lado, se faz fundamental para termos condições de identificar precisamente o que o leninismo tem a nos ensinar no momento atual.

Identificamos as contribuições de Lenin como sendo as mais adequadas e atuais – embora tenham sido redigidas no início do século XX – para refletirmos sobre a crise que enfrenta a esquerda revolucionária. As questões de que tratava Lenin – a organização partidária, o trabalho de base, a organização e a organicidade do movimento socialista, as características e limitações do movimento sindical e a relação deste com o partido – são incrivelmente pertinentes ao nosso tempo e dizem respeito a grande parte dos problemas que vivenciamos nos dias atuais.

No entanto, há que se destacar que essa abordagem leninista encontra muitas resistências na academia e no próprio movimento socialista, por motivos distintos. Está fora de dúvida que o grande mérito de Lenin, uma das principais (se não a principal) expressões teóricas e estratégicas do movimento revolucionário russo, foi fazer do marxismo uma teoria eminentemente revolucionária, no seu sentido mais prático do termo, encerrando todas as tentativas de “docilizar” Marx, de usá-lo para o reformismo e para a inação – comportamento típico do “marxismo de academia”. Por isso, sob o argumento de que a obra de Lenin é datada e aplicável apenas às questões da luta revolucionária de seu tempo, em uma Rússia cujas condições político-sociais (czarismo, predomínio de campesinato, etc.) não se verificam em outras realidades, raramente encontramos os textos de Lenin na academia, mesmo entre aqueles que se dizem marxistas. Sabemos, em síntese, que o motivo central da rejeição à Lenin na universidade se deve à rejeição do marxismo como prática, ou melhor, como *práxis* (teoria + prática).

Assumindo, em grande medida, as críticas da direita, a esquerda, na tentativa de se reinventar, creditou ao leninismo a origem e o fundamento da experiência stalinista, como se o stalinismo fosse a consequência lógica e automática do que propugnava Lenin. Logo, a concepção do Partido foi fortemente atacada e acusada de antidemocrática. Com ela, os princípios de organização, organicidade, trabalho de base, propaganda e agitação, formação política, etc., foram objeto de sistemáticas críticas.

Mas não só. Com as sucessivas derrotas das políticas oficiais que os PCs vinham sofrendo ao redor do mundo, sobretudo a partir dos anos 1960 (GURGEL, 1989), o projeto revolucionário foi cada vez mais sendo revisto, sem que, contudo, se assumisse que tal revisão fosse em prol do reformismo. Tendo como referência simbólica, nos

anos 1970, o revisionismo do chamado “eurocomunismo”, introduziu-se, na esquerda, a bandeira da ‘democracia como valor universal’, para usar a expressão de Carlos Nelson Coutinho, e colocando-a como incompatível com a destruição violenta do Estado capitalista. O fundamento, sem dúvida, era a oposição em relação à experiência soviética, seguindo a linha mencionada acima, de que o stalinismo foi a consequência necessária da própria revolução de 1917 e das bases sob as quais esta se estabeleceu.

Magane (2007, p. 62) cita a declaração de Enrico Berlinguer, então secretário geral do Partido Comunista Italiano (PCI), em 1977, na qual defende que a tarefa primordial dos partidos comunistas da Europa Ocidental deveria ser a de “realizar o socialismo nos pontos altos do capitalismo, de fazer a revolução no ocidente, demonstrando que o socialismo pode e deve estar indissolúvelmente ligado a todas as liberdades civis, culturais e religiosas”.

O que se pretendia com o eurocomunismo era sustentar a ideia de que o socialismo poderia ser alcançado por meio de sucessivas reformas no seio do capitalismo que conferissem cada vez mais direitos às massas e levasse ao socialismo.

Mandel (1982) mostra que essa virada reformista – ou direitista, como diz o autor – ocorreu com os grandes partidos comunistas dos países capitalistas europeus, com destaque para o PCI e o Partido Comunista Francês (PCF), mas também com PCs menores, como da Suécia, Bélgica, Suíça, Países Baixos, Finlândia e Grã Bretanha. Apenas os PCs português e espanhol mantiveram-se imunes a essa transformação à direita, o que se deve, segundo Mandel, ao fato de terem passado longos anos do século XX na clandestinidade em decorrência das ditaduras salazarista e franquista, respectivamente. As circunstâncias concretas foram fundamentais, à medida que, para Mandel, a inflexão à direita foi determinada por fatores ideológicos e também por fatores estratégicos. Segundo o autor, pelo menos nas duas décadas que antecederam os anos 1970, mudanças importantes vinham acontecendo nos PCs da Europa Ocidental. Do ponto de vista interno, um processo de burocratização que se verificava pelo abandono da prática da rotatividade dos quadros burocráticos dos partidos a cada três anos, somado ao desaparecimento progressivo dos quadros que se formaram no período da resistência e da guerra fria, e sua substituição por aqueles que não aprenderam nada além de “preparar unas buenas elecciones y a conducir acciones reivindicativas inmediatas” (MANDEL, 1982, p. 7). Além e somado a isto, está a “instalación casi permanente del aparato de los PC en la cercanía de los pesebres del estado democrático-burgués” (Idem). Mais: reproduzindo “un proceso de degeneración análogo al que

conoció la socialdemocracia clásica entre 1900 y 1914” (Ibidem). O autor indica que, no caso dos PCs pequenos e poucos expressivos, “el deseo de acceder al pesebre precede al acceso mismo y dicta a partir de entonces la línea política” (Idem, p. 8).

O eurocomunismo apresentava-se como uma “terceira via”: nem capitalismo, nem o socialismo antidemocrático da União Soviética. Seria o socialismo com democracia, alcançável sem ruptura violenta, sem revolução.

Essa tese, como sabemos, não é nova. O reformismo como caminho para o socialismo, via aproveitamento da brecha eleitoral aberta pela burguesia, foi a opção do Partido Social Democrata alemão do início do século XX, seguida pelos partidos socialdemocratas da Europa Ocidental, sobretudo após a primeira Guerra Mundial. Como mostra Przeworski (1995), a social-democracia daqueles tempos optou por disputar as eleições como tática prioritária para se chegar ao socialismo. O discurso de seus defensores sustentava que reforma e “revolução social” não eram contraditórias. A primeira seria o caminho para se chegar à segunda. Uma vez no poder, os socialdemocratas iniciariam as reformas sociais fundamentais à transformação do capitalismo, como a abolição da propriedade privada e a socialização dos meios de produção. No entanto, ao longo desse percurso, significativas mudanças ocorreram. Em primeiro lugar, para efetivamente ganhar as eleições, esses partidos tiveram que alterar seu caráter de classe, sair da condição de “puro-sangue”, e atraíram setores de outros segmentos de classe, inclusive da pequena burguesia. Essa mudança não ocorreu aos moldes daquilo que Lenin defendia. Deu-se acompanhada de uma redefinição teórico-prática. Em seu programa, embora se mantivesse um radicalismo quanto aos objetivos finais (socialismo), as reformas já não mais seriam para a classe trabalhadora, mas para o ‘povo’; a emancipação seria de todos, universal. Em outras palavras, a socialdemocracia promoveu as adaptações necessárias para ganhar as eleições sob as condições determinadas pela burguesia. E deu certo. Após ganhar as eleições em vários países – Áustria, Bélgica, Finlândia, Alemanha, França, Dinamarca, Noruega, Suécia, Grã-Bretanha – “a riqueza permanecia quase intacta e com certeza a propriedade privada dos meios de produção não era incomodada” (PRZEWORSKI, 1995, p. 28). Se, por um lado, a socialdemocracia foi considerada em vários desses países como um caso de sucesso em termos de qualidade de vida, diretos sociais e trabalhistas, controle da desigualdade a patamares mínimos, por outro, deixou um registro histórico evidente de que a reforma não é o caminho possível para a revolução. Com a “terceira via” não foi diferente.

Repercussões no Brasil: onda de fragmentações na esquerda brasileira

Obviamente, esse quadro descrito acima afetou, em maior ou menor grau, todas as ramificações revolucionárias pelo mundo. No Brasil, os primeiros sinais da crise já puderam ser sentidos antes mesmo do golpe empresarial-militar de 1964. A partir de fevereiro de 1962, o Brasil passou a contar com dois Partidos Comunistas que se reivindicavam como as autênticas continuidades daquele fundado em 1922. Lideranças do Partido Comunista Brasileiro (PCB), inclusive membros do comitê central, como João Amazonas, Maurício Grabois e Pedro Pomar, fundaram o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), depois de graves divergências com a linha política adotada pelo PCB. Conforme esclarece Jacob Gorender (2014), a cisão não representaria grande prejuízo imediato para o PCB que, embalado pela luta em favor das reformas de base, alcançava seu maior momento na história política brasileira, no que diz respeito ao seu poder de articulação e penetração nas massas.

De fato, a esquerda radical – no sentido etimológico da palavra, aquilo que se relaciona com a raiz fundamental de algo – se opunha diametralmente à linha política central do PCB já no período pré-64. Enquanto a linha majoritária do velho partido privilegiava a teoria da revolução pacífica e a luta pelas reformas de base, pautas essencialmente inseridas ainda no terreno capitalista, a esquerda radical denunciava o aspecto conciliatório dessa tática e defendia que o único caminho para transformações estruturais reais e mudanças nas relações de produção e na organização do poder político seria a revolução⁴. Essa fração da esquerda, apesar dos esforços, não possuía penetração nas massas, ficando restrita ao ambiente estudantil e a pequenos setores do proletariado urbano e rural. A luta de massas do início dos anos 1960, embalada por um período de crescente politização das camadas populares e influenciadas por ideias nacionalistas e de esquerda (com notável participação do PCB), estabelecia sua coesão através da luta pelas reformas de base.

Neste contexto, o golpe empresarial-militar de 1964 significou muito mais que a derrota do desenvolvimentismo nacionalista-burguês e do pacto de dominação capitalista com viés populista, cedendo espaço para um modelo de acumulação claramente submisso ao capital imperialista, imposto por meio de uma forma política

⁴ Caio Prado Júnior, em *A Revolução Brasileira*, mostra exatamente todo o debate em torno da tática adotada pelo setor hegemônico do PCB e as críticas da esquerda revolucionária que girava na órbita do partido.

ditatorial. Significou também a derrota da tática do PCB de aliança com a burguesia nacional, o que gerou grande impacto na prática e na própria subjetividade do pensamento socialista. A proliferação de siglas na esquerda brasileira também teve relação com a imobilidade do PCB diante do golpe. As massas populares – que atingiam seu ápice histórico no quesito de politização e organização coletiva – e os setores nacionalistas das forças armadas não foram mobilizados contra a ação dos golpistas, o que permitiu uma vitória a baixíssimo custo para as forças liberais nacionais e o capitalismo internacional, liderado pelos EUA.

Toda esta problemática gerou uma percepção de certa forma hegemônica entre os militantes da esquerda revolucionária: a saída que restava era o contra-ataque armado. Ao mesmo tempo, ao contrário do que poderia se supor, tal saída não foi unânime. O próprio PCB recusou a luta armada e preferiu atuar na institucionalidade. Surgiram diversas adaptações dessas teorias à realidade brasileira, onde cada vez mais desmoronava a figura do partido consolidado teórica e ideologicamente, assim como a forma organizativa do centralismo-democrático. Emergiam deste caldo ideias organizativas de cunho auto-gestionário e atomizado, privilegiando a prática e, de certa forma, se distanciando da "análise concreta da situação concreta".

Ruy Mauro Marini (2013) argumenta que duas interpretações acerca da situação daquele momento histórico impulsionaram a esquerda armada no decorrer do regime militar: que a crescente agudização das contradições entre capital-trabalho – exatamente o que o regime promovia – agia progressivamente no sentido de criar a consciência e predisposição revolucionária nas massas; e que a política de repressão aplicada pelo bloco no poder, como diria Poulantzas, seria irreversível. Tal combinação gerou, nas palavras de Marini (2013, p. 194-195), uma “dicotomia entre o trabalho político e o trabalho militar”, levando a um processo de “superestimação dos aspectos puramente organizativos que conduz a um aperfeiçoamento técnico extremado das organizações”. Tratava-se da primazia pela prática revolucionária, pela ação direta e imediata, em detrimento da política voltada para as bases e do trabalho de massas.

Marini (2013) destaca a desvalorização da organização política e a supremacia da prática no interior da esquerda socialista brasileira já na luta contra a ditadura. Destaca ainda que a queda da influência do PCB em meio às massas se tratou de um problema particularmente sério para o pensamento e para a prática das organizações socialistas no Brasil. Sem deixar de registrar os graves erros de análise conjuntural

realizados pelo Comitê Central naquele período e a influência dos mesmos para a crise agravada a partir de meados dos anos 60, Marini afirma:

A perda de sua posição dominante - do PCB - no interior da esquerda deixou esta sem um centro de gravidade ideológico e político. Os anos subsequentes a 1964 se caracterizaram por uma acirrada luta ideológica - travada agora dentro da esquerda revolucionária - e por esforços para definir uma estratégia global frente à ditadura. A homogeneização de seus princípios ideológicos, apesar de ter servido para estabelecer um novo quadro de referências para a ação das massas, não servia para limiar as diferenças entre as concepções particulares do processo brasileiro sustentado pelos distintos agrupamentos, e servia ainda menos para unificar posições em relação às tarefas práticas derivadas de cada concepção (MARINI, 2013, p. 186).

Evoluía, dessa forma, a crise do pensamento e das práticas comunistas tanto no Brasil, quanto no mundo. Cláudio Gurgel (1989) assinala que se instalou um ambiente – nacional e internacional –, ao mesmo tempo vigoroso e desesperado, de revisões, questionamentos e dúvidas, sobretudo a partir de 1968. O autor argumenta que os contrapontos oferecidos ao pensamento de esquerda pelo internacionalismo de Guevara e pela Guerra do Vietnã, que mantinham algum nível de compensação para a crise que se agravava, já não cumpriam esse papel com o mesmo vigor a partir do fim dos anos 60.

Assim, gestada a partir de fatores externos – crise da experiência soviética e do pensamento socialista em âmbito internacional – e internos – divergências táticas e estratégicas na esquerda brasileira aprofundadas no decorrer da luta contra a ditadura e o massacre sofrido pela repressão, especialmente com o Ato Institucional nº 5 –, a crise da esquerda organizada definitivamente afetou as lutas de classes no Brasil. Foi um dos fatores que influenciaram os processos de atomização das mobilizações da esquerda nacional e de despolitização das massas, acelerado a partir do golpe de 1964. Percebemos que a crise não só aprofundou um ambiente ideológico anticomunista em grandes segmentos da classe média e da classe dominante, mas também afetou diretamente a própria esquerda, suas convicções filosóficas e sua capacidade organizativa.

Reagrupamento sem coesão: a hegemonia petista

A existência de subgrupos organizados dentro de instituições políticas, em especial os partidos, é algo que se observa com frequência no decorrer da história das organizações coletivas. É isso o que demonstra Gurgel (1989) em seu livro “Estrelas e Borboletas: origens e questões de um partido a caminho do poder”, que trata da formação e do desenrolar da primeira década de existência do PT.

Estudar o processo de formação do PT, fundado em 1980, é se debruçar sobre uma instituição política que foi capaz de abrigar uma ampla diversidade de organizações e de correntes de pensamentos que em muito condensou a esquerda revolucionária brasileira desse período. A subdivisão interna de partidos políticos pode ter múltiplas razões. Em muitos casos, ocorre por questões organizativas, que refletem dificuldades do subgrupo se constituir como um partido independente. Também podem ocorrer a partir de divergências estratégicas ou de crises de representatividade das instituições políticas, o que, levadas ao extremo, podem chegar a rupturas de fato.

Conforme ressalta Gurgel (1989), o movimento que deu origem ao PT era apoiado por organizações de cunho político-ideológico bastante distintos. Era composto por marxistas, marxistas-leninistas, social-democratas, anarquistas, cristãos (de variadas religiões), social-liberais, etc. Era apoiado também por movimentos de minorias – minorias em direitos e não em representatividade social –, como homossexuais, mulheres, negros, pessoas com deficiência e indígenas, os quais possuem formação e bases filosóficas muito amplas. O partido seguramente foi uma experiência ímpar, conseguindo aglutinar militantes das mais distintas origens e se configurando como centro de gravidade, direto ou indireto, para toda a esquerda brasileira, socialista e não-socialista.

No campo socialista, variadas organizações que resistiram ao regime militar e sobreviveram ao seu período de maior repressão também estiveram na formação do partido. Fizeram parte desse processo embrionário a Ala Vermelha do PCdoB, a Democracia Socialista (DS), a Convergência Socialista (CS), o Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), a Aliança Libertadora Nacional (ALN), dentre outras organizações de esquerda que lutaram contra o regime (GURGEL, 1989).

É importante notar que outras instituições partidárias que se formavam nesse momento não atendiam as reivindicações da maior parte dos socialistas que acabavam de sair das lutas contra a ditadura. Suas aspirações, de cunho revolucionário, não encontravam espaço nas organizações herdeiras do período de bipartidarismo, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o Partido Democrático Social (PDS), nem nos reorganizados Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Partido Socialista Brasileiro (PSB). Além disso, os Partidos Comunistas, PCB e PCdoB, que também obtinham seus registros partidários naquele momento, não mais faziam a cabeça dos

militantes da esquerda, muito em função da crise do comunismo – nacional e internacional – que vinha se agravando ao longo das duas décadas anteriores.

No espectro cristão, Gurgel (1989) destaca que tanto católicos, como protestantes, de corrente batista, evangélica, dentre outras, fizeram parte do processo de fundação do PT. Neste caso, talvez tenha sido a crise do pensamento humanista que tenha aproximado essas frações do pensamento cristão, encurtando suas divergências filosóficas e teológicas.

No entanto, quem funcionou, desde as origens do partido, como elo de ligação desta gama de tendências e orientações ideológicas foram os trabalhadores. Isso é verdade tanto no campo subjetivo, pois os trabalhadores se constituíam como segmento social protagonista das políticas idealizadas por diversos dos grupos que formavam o PT, como no campo objetivo, pois foram realmente os trabalhadores que assumiram a responsabilidade de organização e liderança política do partido desde suas primeiras aparições públicas em 1979 (GURGEL, 1989).

Assim, atuando como condutor da política partidária, os trabalhadores também mediavam as tensões entre dois blocos que, pode-se dizer, disputavam o partido por dentro, desde a sua formação. Segundo Gurgel (1989), estavam de um lado aqueles que enxergavam o PT como um partido tático para a revolução socialista, com a responsabilidade de avançar e consolidar o processo democrático no país com hegemonia dos trabalhadores. De outro, estavam os que viam o PT como um partido estratégico, ou seja, que enxergavam o próprio partido com a missão de construir uma sociedade menos desigual. Hoje, mais de 20 anos depois da publicação do livro de Gurgel e após o PT alcançar o poder, ocupando a presidência da república em quatro oportunidades e sendo deposto em 2016, fica evidente qual bloco venceu esta disputa presente já nas origens do partido.

Considerando a complexidade que envolveu a formação do partido que reanimou a politização das massas a partir dos anos 80, concordamos com a tese de Gurgel (1989). Segundo o autor, não seria possível acomodar a convivência interna de tantas tendências distintas e conciliar as tensões entre os dois principais blocos de visões para o partido, se não fosse por três elementos chave: o pluralismo, o não-conflito e o empirismo.

Estes três requisitos refletiam a repulsa por um modelo de organização política que fora hegemônico nas lutas de esquerda no período pré-64, tanto no campo ideológico, como no campo material. Falamos, em especial, do esvaziamento dos PCs e

de suas formas de organização partidária, de cunho centralizado e rígido quanto aos seus princípios teóricos e atuação prática. O PT nascia de insatisfações populares com fundo material claro, que vinha se acumulando no decorrer do regime militar, caracterizado por altas taxas de inflação, redução das condições de vida, arrocho salarial, etc. Ao responder a tal processo de reivindicações, o PT se fez como reflexo daquele período de crises, em especial a crise da esquerda organizada, o que impulsionava o desprezo por formas organizativas que marcaram o amadurecimento da luta socialista ao redor do mundo, em especial na primeira metade do século XX.

Entendemos ainda que o não-conflito e o empirismo eram, em grande medida, elementos consequentes do pluralismo que marcou a formação do partido. Se não fosse a opção hegemônica pelo não-conflito e pela ausência de determinações em campos centrais da política partidária, o que levava à construção empírica do partido no dia-dia, provavelmente não teria sido possível harmonizar, na medida do possível, as múltiplas tendências partidárias no interior do PT. O pluralismo, na medida em que autorizava a existência de tendências organizadas internamente, permitia que essas mantivessem acesas suas esperanças em hegemonizar o partido em algum momento. Como afirma Gurgel (1989), o pluralismo mantinha o partido em disputa, acomodando as intenções de poder das variadas facções partidárias, enquanto o não-conflito e o empirismo mediavam os embates constantes, através de soluções preferencialmente políticas, não burocráticas.

Talvez, as dificuldades encontradas na construção dos núcleos partidários e de instrumentos robustos de comunicação estejam diretamente relacionadas a esta conjunção de elementos. Os núcleos, conforme Gurgel (1989) ressalta, representariam um avanço da democracia partidária. No entanto, o PT, já na década de 1980, enquanto colcha de retalhos ideológicos, necessitava mais do pluralismo do que da democracia partidária. Apesar de declarar em seu estatuto a intenção de construir núcleos para embasar suas decisões pela decisão da maioria, as tendências acabaram substituindo, na prática, o papel dos núcleos, mesmo que de forma ineficiente. Ao mesmo tempo, o partido nunca foi capaz de construir um jornal verdadeiramente de massa. O necessário pluralismo, somado à opção deliberada pelo não-conflito, impedia a construção de um veículo de comunicação que exprimisse tanto as posições partidárias quanto os debates realizados no seu interior. Como alternativa, os trabalhos de agitação e propaganda foram sempre realizados de forma fluida e não-coesa, ficando sob a responsabilidade

das variadas correntes. A unidade na ação superava a unidade estratégica e programática, privilegiando consensos e evitando as divergências.

Entretanto, a manutenção desse agrupamento de sub-organizações e distintas estratégias se demonstra problemática já no fim dos anos 80, sobretudo a partir da derrota – ou quase vitória – de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais de 1989. As décadas de 1990 e 2000 ficarão marcadas por um processo que combina o fortalecimento do PT nas disputas eleitorais, com a crescente conquista de cadeiras no parlamento e no executivo e a vitória da corrida de Lula à presidência, e a fragmentação interna, com a saída dos variados grupos que compunham a esquerda socialista do partido.

Dois processos de fragmentação são emblemáticos: o rompimento com tendências revolucionárias já em 1992, em decorrência de divergências quanto ao enfrentamento ao governo Collor, o que dará origem ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU); e o rompimento em grande escala que ocorrerá a partir de 2003, originando o movimento por um novo partido e a criação, em 2004, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)⁵. Esse racha ocorreu devido às políticas de conciliação e subordinação às alianças com setores burgueses promovidas pela direção do partido, já evidenciadas na famosa Carta aos brasileiros e que levaram Lula a vencer as eleições presidenciais em 2002. Tal política de conciliação ficaria ainda mais explícita na própria agenda imediatamente implementada pelo governo Lula, em especial na concretização da reforma previdenciária de 2003 e na condução da política econômica, lembrando que o Banco Central foi entregue ao banqueiro Henrique Meirelles.

Antunes (2015) trata estas transformações pelas quais passou o PT e o sindicalismo sob sua influência como um processo de alterações de seu viés combativo originário, que marcou toda a década de 1980, para novas características, fundadas na negociação e na subordinação aos limites impostos pela correlação de forças na etapa capitalista neoliberal. Braga (2012), ainda que utilizando argumentos distintos, também destaca uma espécie de transformismo petista entre a sua origem potente e seu presente

⁵ Apesar dos esforços evidentes e das diferenças entre si, nenhuma das rupturas e tentativas de reorganizações observadas a partir dos anos 90 foi capaz de construir um novo polo de organização da esquerda socialista no interior das massas trabalhadoras. Além disso, é necessário registrar que a criação do PSOL não significou a concretização do movimento por um novo partido de esquerda, sob arcabouço teórico e organizativo distinto daquele adotado pelo PT, conforme grande parte das correntes socialistas almejava naquele momento. Na verdade, o surgimento e o consequente desenvolvimento do PSOL significaram justamente o contrário, ou seja, a impossibilidade (e/ou incapacidade) de materializar tal intento.

conciliatório. Baseando-se nos escritos de Francisco de Oliveira, Braga (2012) argumentará que o PT dos anos 1990 e 2000 promoverá a substituição da política partidária e da organização das massas pela gestão de políticas públicas, fundada na negociação pragmática no interior da própria institucionalidade burguesa.

Apesar de concordarmos com as caracterizações feitas pelos autores sobre o presente da política petista, não entendemos que a conformação atual da estratégia e das práticas do partido tenham sido resultado de uma ruptura, nem mesmo de uma progressiva transformação. Entendemos que a necessidade daqueles requisitos para a formação e o desenvolvimento do PT – pluralismo, não-conflito e empirismo – já demonstravam problemas de origem. A recuperação destes elementos, primeiramente identificados por Gurgel (1989), nos permite sugerir que não foi apenas a combatividade do partido que potencializou a retomada das lutas dos trabalhadores e das camadas subalternas na década de 1980. Na verdade, foi o encontro daquele partido com a conjuntura histórico-social daquele tempo, de luta contra a ditadura e pela conquista de liberdades democráticas, que impulsionou o partido a responder de forma mais combativa.

A rigor, como pudemos ver, desde a sua origem, o PT era composto por diversas tendências, com distintos programas e que disputavam sua hegemonia internamente. A partir dos anos 90, já passadas as lutas da década anterior e com a profunda repercussão da ideologia e das práticas neoliberais no contexto nacional, o que era disputa, progressivamente se assentou como estratégia hegemônica. Aquele agrupamento sem coesão, marcado pela "atualização" problemática das formas de organização e pelo afastamento do próprio horizonte revolucionário da esquerda socialista, encontrava seus limites concretos. Sua baixa consistência não resistiu à conjuntura adversa. Curiosamente, foram as vitórias dos projetos eleitorais petistas entre 2002 e 2014 que evidenciaram tais limites.

Compreender melhor estes fatores que compõem o processo de formação e desenvolvimento do PT se faz importante pois o partido simbolizou o retorno das reivindicações das massas populares por participação política. Mais do que isso, funcionou como o centro irradiador da política de esquerda no Brasil dos anos 80 em diante, influenciando, inclusive, as organizações fundadas a partir de suas rupturas nas décadas de 1990 e 2000. No entanto, este processo de retomada de movimentação popular possui grandes distinções em relação ao período pré-64. Identificamos que a crise da esquerda organizada, combinada com a própria ofensiva neoliberal, aplicada

como resposta para a crise vivida pelo capital desde os anos 70, teve uma dupla influência sobre os socialistas brasileiros.

Em primeiro lugar, a histórica disputa entre reforma e revolução pareceu, finalmente, consolidar a vitória da primeira. Ao que parece, o ideário hegemônico assumido pela esquerda organizada que aceitou a democracia dentro dos marcos da burguesia como ‘valor universal’ a partir dos anos 80 sintetiza bem o que queremos dizer. Em segundo lugar, influenciou decisivamente a prática política adotada pela esquerda socialista dali em diante. O modelo organizativo adotado pelo PT, partícipe da dinâmica de lutas que também deu origem ao novo sindicalismo e aos novos movimentos sociais, é certamente o maior exemplo dessa tendência.

A recusa da unidade programática, do centralismo-democrático, da organização sistemática das bases, das atividades organizadas de agitação e propaganda a partir de um eixo tático comum parece ter funcionado como elemento essencial no processo de fragmentação e afastamento das perspectivas socialistas que se agravou com o passar dos anos e se arrasta até os dias de hoje. Além disso, a escolha por agir estritamente nos marcos da institucionalidade dominante parece ter influenciado e consolidado a proeminência das disputas parlamentares e por espaços de poder no Estado burguês sobre a política partidária junto às massas trabalhadoras. Tal influência pode ser notada na prática política central adotada pelo próprio PSOL, maior agrupamento oriundo dos rachas petistas. Em suma, o dócil “socialismo petista”, intimamente relacionado ao ideário revisionista da socialdemocracia europeia e do eurocomunismo, sintetiza a hegemonia da repulsa pelo horizonte revolucionário na esquerda nacional, embora essa mesma esquerda jamais a tenha admitido.

Manifestações erráticas da esquerda

O avanço da lógica liberal nas suas mais diversas dimensões: econômica, política, social e ideológica, apoiada pelo monopólio dos meios de comunicação de massas nas mãos de grandes capitalistas, fez com que os projetos coletivos fossem condenados. A partir dos anos 1990, assistimos a crise da esquerda e o afastamento da *praxis* leninista se aprofundarem. A esquerda organizada vem acumulando um amplo processo de mutações, como forma de superar uma estrutura identificada pelos seus opositores como “ultrapassada”, “antiquada” e ineficiente. Como vimos acima, essas modificações incidiram na forma partido, na conformação ideológica e no caráter das

ações, conforme pudemos notar claramente ao analisar a formação, o desenvolvimento e as rupturas da principal força da esquerda brasileira nas últimas décadas.

Mas essa situação não se restringe ao Brasil. Vejamos, a título de exemplo, os novos partidos de esquerda na América Latina que surgiram nesse período e que hoje são objeto de forte ataque dos setores conservadores em nível mundial: Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV), Movimiento Al Socialismo (MAS – Bolívia) e Alianza PAIS (Equador). Como registramos em estudos anteriores (JUSTEN, 2016), esses partidos surgiram com algumas características centrais: rejeição ao marxismo; rejeição ao modelo de partido aos moldes bolcheviques. Consequentemente, constituem-se como uma federação de organizações e movimentos sociais. Em nome do “socialismo do século XXI” – um socialismo diferente daquele defendido pelos partidos de esquerda do século XX – e da democracia, consistem em partidos pouco coesos e pouco orgânicos e com uma grande variedade de correntes político-ideológicas. Como resultado, poucas são as ações consensuadas possíveis, além da disputa institucional-eleitoral.

Os partidos que se identificam como comunistas e socialistas (marxistas), embora tenham tentado se preservar dessa transformação, não permaneceram imunes a esse cenário. É o que identifica Gurgel (2015), ao mostrar que o mecanismo central dos comunistas e socialistas tem sido o que a autora chama de “ação performática”, uma “maneira dos partidos revolucionários atuarem, hoje, na busca por visibilidade em um contexto de isolamento, este último entendido como fruto do estigma de sua própria forma de estruturação em partido” (GURGEL, 2015, p. 40). Ainda segundo a autora, as ações performáticas “se assemelham à ação direta, em sua aparência, de tal modo que simulem radicalidade e vitalidade e, assim, entrem nas pautas midiáticas, sem que necessariamente representem ameaça real à ordem” (Idem). Essas ações performáticas se materializam na realização de eventos, atos e manifestações “como substitutivo do trabalho militante e continuado em suas bases sociais” (Ibidem). Desse modo,

a ação performática é um tipo de ação que se apresenta como solução para os fracassos da esquerda, mas que é, na verdade, sua consequência. É aquela tática que vem ocupar o papel da organização e que se destaca pela centralidade no evento, a exemplo das manifestações, passeatas e demais modos de demonstrações (GURGEL, 2015, p. 41).

Esse conceito de ação performática em nada se assemelha ao “ato performativo”, que constitui parte e expressão importante do movimento contestador revolucionário. A ação performática, enquanto “uma ação efêmera, concentrada no tempo presente, com

uso extraordinário do espaço e simuladora de radicalidade” (Idem, p. 42) tem o efeito oposto do pretendido. Como destaca Gurgel (Idem, p. 43), “ao adotarem como tática preferencial a realização de eventos simuladores de radicalidade, como meio de sinalizarem vitalidade e versatilidade, acabam agravando sua condição de isolamento, pela forma performática de lidarem com suas bandeiras e com suas bases sociais”.

Por fim, consideramos que o agravamento da crise e da fragmentação no campo socialista observados pelo menos desde a década de 1960 geraram um sério problema para as lutas de classes no Brasil e no mundo. Ao que parece, o afastamento da *praxis* revolucionária, substituída pela primazia do pluralismo e da ação performática, torna-se cada vez mais profundo. Sem um centro político e ideológico capaz de canalizar de forma organizada a estratégia e o ideal socialista em meio aos trabalhadores e demais camadas subalternas – sindicatos, movimentos estudantis, organizações rurais, movimentos de raça e gênero, etc. –, influenciando-os para análises das contradições essenciais do sistema capitalista e para a formulação de agendas concretas condizentes com as necessidades históricas daqueles que vivem do trabalho, as lutas populares tenderam a se atomizar e se reduzir a reivindicações superficiais, de cunho economicista, pragmático e imediatista.

O que Lenin tem a nos ensinar?

A obra “Que Fazer?”, escrita em 1902, é considerada uma das obras mais importantes do marxismo em todos os tempos. Como destaca Florestan Fernandes (1978),

Que Fazer? marca uma nova etapa, que deixa tudo para trás. De sua edição em diante, a Rússia não seria o cenário da transmutação pura e simples do marxismo em movimento revolucionário triunfante. Nascia o marxismo-leninismo como teoria revolucionária e como prática revolucionária organizada. A própria Europa ficava para trás, apesar da importância da II Internacional e dos seus grandes teóricos, e da densidade do movimento operário europeu.

Lenin, nesse livro, faz uma análise profunda e dialética dos espaços e mecanismos de luta do proletariado, a partir das experiências concretas do movimento revolucionário de seu tempo. A importância dessa obra está no fato de que Lenin oferece uma compreensão sobre a estratégia revolucionária que coloca a organização partidária como a dimensão primordial.

O eixo central da obra é a famosa ideia de que “*sem teoria revolucionária, não há movimento revolucionário*” (LENIN, s/d, p. 11) e, por isso, Lenin combate frontalmente os chamados “economicistas”.

Essa corrente fazia-se crescente no movimento socialista da Rússia e, em especial, no Partido Social Democrata Russo. Eles entendiam que a luta sindical era manifestação concreta e espontânea dos trabalhadores frente à sua condição de explorados no sistema capitalista. Essa manifestação de luta econômica - reivindicações por melhores condições de trabalho, elevação de salários, etc. – ocorre de maneira espontânea, sem necessidade de intervenção externa, seja ela teórica ou organizativa. Por isso, os “economicistas” acreditavam que o desdobramento lógico e automático da luta sindical era a revolução socialista, promovida pelos sujeitos revolucionários. Logo, a teoria revolucionária, bem como a organização partidária, eram inteiramente desnecessárias ao proletariado. A luta política, que, para eles, se diferenciava claramente da luta econômica (sindical) cabia aos quadros do partido em associação com burguesia liberal. Como consequência, para essa corrente, não fazia sentido a organização de um partido revolucionário centralizado, nem tampouco qualquer esforço de conscientização teórico-política das massas.

A concepção de partido formulada por Lenin nesse livro parte, portanto, exatamente da contundente crítica a esse “culto do espontâneo” (LENIN, s/d, p. 24) defendido pelos economicistas, que, subestima em última instância, era o “oportunismo ilimitado, que se adapta passivamente à espontaneidade” (Idem, p. 25). Nesse sentido, o ponto de partida, segundo o autor, é que “nossa tarefa, a da social democracia, é combater a espontaneidade, desviar o movimento operário dessa tendência espontânea que apresenta o sindicalismo, de se refugiar sob as asas da burguesia, e atraí-lo para a social democracia revolucionária” (Idem, p. 21).

O sindicalismo, ao contrário da visão romântica que o cerca, é um movimento economicista, restrito às disputas econômicas imediatas e individuais dos trabalhadores. O grande problema é que luta econômica não se eleva autonomamente aos antagonismos de classe, apenas os antagonismos quanto a interesses (econômicos) dos patrões, de um lado, e dos trabalhadores, de outro.

Lenin concorda que a luta econômica, que se desenvolve pela via sindical, é fundamental, visto que se desenrola no centro das relações sociais de produção e é capaz de revelar as contradições concretas de classe. No entanto, sem um processo de conscientização sobre a essência, o porquê dessas contradições, não é possível fazer

dessa luta nada além de um movimento economicista. Qualquer discurso de espontaneidade, de liberdade de crítica, de luta econômica em detrimento das lutas política e teórica é subordinado à ideologia burguesa.

Está claro para Lenin, como para nós, que o sujeito revolucionário é o proletariado. No entanto, enquanto categoria ele é apenas potencialmente revolucionário. Os trabalhadores são sujeitos revolucionários apenas se estiverem organizados enquanto classe e conscientes teórica e politicamente de sua posição no sistema capitalista e da necessidade de superação desse sistema. Como destaca Engels, a luta socialista se desenvolve em três planos: política, econômica e teórica. Essa consciência não pode ser construída pelas condições ofertadas pelo capitalismo. Afinal, a ideologia dominante é a ideologia da classe dominante. Dito de outra forma, os movimentos proletários, para serem consequentes, precisam politizar a luta econômica, isto é, fazer da disputa econômica uma luta política, que se desloque das disputas de interesses econômicos de classe para a luta de classes. Contudo, sem formação teórica, sem teoria revolucionária, esse salto de qualidade é impossível. A grande questão é que a consciência revolucionária, que se constrói a partir do socialismo científico, não nasce com a classe revolucionária, e nem sequer o acesso a ela lhe é facilitado.

É aí que entra a necessidade do partido revolucionário, pois é de responsabilidade dos quadros políticos o trabalho de conscientização – a propaganda. Os trabalhadores precisam vivenciar na prática, objetivamente, na sua realidade, o que diz a teoria. Quando isso acontecer, as massas serão capazes de fazer a luta revolucionária, mesmo nos seus espaços de trabalho, dado que será possível transformar a luta econômica em luta política: a necessidade de resolver mais do que seus problemas individuais imediatos, mas seus problemas sociais, com o objetivo de mudar a ordem social. Por isso, Lenin afirma que é preciso “educar a atividade revolucionária das massas” (LENIN, s/d, p. 39).

O movimento revolucionário tem que ser de classe, de forma a imprimir nas consciências dos trabalhadores a ideologia socialista, as inúmeras contradições existentes na sociedade capitalista, as quais afetam não somente o proletariado, mas vários outros segmentos de classe (estudantes, escritores, etc.). Isso indica que os revolucionários não podem se limitar aos seus espaços de atuação. Devem estar presentes em todas as lutas classistas e, nesse caso, os segmentos de classe devem se dar apoio mútuo.

Essa atividade, segundo Lenin, só é possível mediante um processo de profissionalização do partido, com divisão de tarefas, e uma atuação coordenada e orgânica. Assim, “a organização dos revolucionários deve englobar, antes de tudo e principalmente, homens cuja profissão é a ação revolucionária” (LENIN, S/D, p. 60). E acrescenta que “diante dessa característica comum aos membros de tal organização, deve desaparecer por completo toda distinção entre operários e intelectuais e ainda com maiores razões, entre as diversas profissões de uns e de outros” (Idem).

Para Lenin, os objetivos do partido são inviáveis sem uma atuação centralizada. Baseando-se nas experiências do Partido Social Democrata Alemão (PSDA) e do Partido Social Democrata Russo, o autor identifica na fragmentação, na estrutura partidária baseada em um sistema de “federação” de tendências, a grande dificuldade em se levar a cabo as tarefas do movimento revolucionário. O PSDA seria o exemplo mais ilustrativo disso, na medida em que, mesmo sendo um partido de massas, com grande expressividade política, não conseguia imprimir nenhuma ação efetivamente revolucionária.

Esse trabalho profissional é exatamente aquele que se contrapõe ao trabalho artesanal, isto é, à falta de preparação prática, de organização, de educação política revolucionária, de experiência revolucionária. Tal profissionalização, que consiste na formação e preparação dos seus quadros, é responsabilidade do partido. Daí vem mais uma célebre frase: “só um partido guiado por uma teoria de vanguarda é capaz de preencher o papel de combatente de vanguarda” (LENIN, s/d, p. 11). Quanto maior a massa espontaneamente integrada à luta, formando a base do movimento e dele participando, mais imperiosa é a necessidade de ter tal organização; mais sólida deve ser a organização.

O jornal, para Lenin, cumpre uma dupla função revolucionária extremamente importante. Se for um jornal central, com uma considerável frequência e capaz não só de levar as denúncias e as visões/informações socialistas a todo o país, mas também de organizar os militantes do Partido, fazê-los circular por todo o país, criar experiência revolucionária e deixá-los preparados para a insurreição.

A autoridade e o prestígio do movimento revolucionário se constrói na medida em que ele está à frente dos acontecimentos, imprimindo os valores socialistas antes de outros grupos, intervindo em todos os aspectos e em todas as questões da vida social e política. Isso remete ao fato de que um movimento revolucionário só pode ser forte se englobar todas as classes de oposição à burguesia. Em todos os setores – nos trabalhos

do Partido (conscientização, propaganda, mobilização, manifestações, etc.). As violências que sofre, as explorações, etc. devem estar no foco das denúncias. Em outras palavras, os militantes devem “ir à todas as classes sociais como teóricos, como propagandistas, como agitadores e como organizadores” (Idem, p. 44). Mais à frente, Lenin completa que os revolucionários têm “o dever de expor e de assinalar as tarefas democráticas gerais diante de todo o povo, sem dissimular um instante sequer nossas convicções socialistas” (Idem, p. 45).

Considerações Finais

O objetivo central deste artigo foi recuperar o princípio da organização partidária leninista, a partir do diagnóstico de que grande parte dos problemas vividos pela esquerda revolucionária organizada se deve ao abandono dos princípios básicos do partido, e, como consequência, da dificuldade em intervir na realidade de forma a construir as bases para a superação do capitalismo. Está fora de dúvida que os problemas que confluíram/confluem para a crise da esquerda socialista e comunista não pode ser creditado à esquerda. Seria injusto, leviano e mecanicista. Como tentamos mostrar, um conjunto de fatores sobremaneira complexos explica a situação na qual nos encontramos hoje. O foco dado neste artigo é a análise crítica das alternativas que essa esquerda vem construindo para superar sua posição de isolamento e estigmatização, que se consolidou principalmente a partir do final do século XX, com o fim do bloco soviético e o avanço do neoliberalismo como projeto para o “fim da história”, lembrando a famosa formulação de Francis Fukuyama.

Como dissemos, os projetos coletivos – sobretudo a organização sindical e partidária, os quais, em última instância, são os instrumentos de enfrentamento de classe – foram colocados em xeque. Portanto, o desafio em recuperar essa forma de organização/atuação é, de fato, imenso. O monopólio dos meios de comunicação de massa vem tornando cada vez mais difícil encontrar meios de propaganda e comunicação que permita a denúncia das violências do capitalismo que se verificam de maneira tão intensa no dia-a-dia dos trabalhadores, e a divulgação do projeto socialista. Está claro que a solução não é fácil. Por outro lado, as inúmeras modificações promovidas na forma de atuação da esquerda, como estratégia para sair dessa condição de isolamento, para além de se configurarem como alternativas problemáticas, não surtiram efeito. Ao contrário, podemos dizer, passadas várias décadas, que o efeito foi inverso. Por isso, analisando a realidade concreta e as condições concretas da esquerda,

defendemos que as contribuições centrais de Lenin precisam ser recuperadas e aplicadas.

Estamos cientes de que essa discussão precisa ser aprofundada. O livro “Que Fazer?”, como vimos, é uma obra seminal sobre organização revolucionária e um divisor de águas no marxismo. No entanto, diversos outros escritos de Lenin, teóricos e políticos, materializam contribuições adicionais muito relevantes para a compreensão da organização partidária com vistas à revolução. Entendemos que esse trabalho de fôlego, que não foi possível aprofundar nos limites deste artigo, precisar continuar.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. *A Nova Morfologia do Trabalho e o Desenho Multifacetado das Ações Coletivas*. In: SANTANA, Marco A.; RAMALHO, José Ricardo. (orgs.). *Além da Fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. *O trabalho, sua nova morfologia e a era da precarização estrutural*. In: Revista Theomai (Estudios sobre Sociedad y Desarrollo), nº19, 1º semestre, 2009.

ANTUNES, Ricardo e DA SILVA, Jair. *Para onde foram os sindicatos? Do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial*. In: Caderno CRH, Salvador, v. 28, n. 75, p. 511-528, Set./Dez., 2015.

BOITO JR., Armando. *O economicismo oculta a revolução*. In: Crítica Marxista, São Paulo, v. 2, p. 153-159, 1995.

BOITO JR., Armando e MARCELINO, Paula. *O sindicalismo deixou a crise para trás? Um novo ciclo de greves na década de 2000*. In: CADERNO CRH, Salvador, v. 23, n. 59, p. 323-338, Maio/Ago. 2010.

BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012.

FERNANDES, Florestan. *Prefácio*. In: LENIN. *Que Fazer?* São Paulo: HUCITEC, 1978.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. Ed.: 5ª. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

GURGEL, Clarisse. *O império das imagens: a ação performática entre o acting out e a passagem ao ato*. Analytica, v. 4, n. 7, p. 39-60, 2015.

GURGEL, Cláudio. *Estrelas e borboletas: origens e questões de um partido a caminho do poder*. Rio de Janeiro: Papagaio, 1989.

HABERMAS, Jürgen. *Teoria do Agir Comunicativo: sobre a crítica da razão funcionalista*. (V.2). São Paulo: Martins Fontes, 2011.

JUSTEN, Agatha. *Democracia Participativa no Contexto Latino-Americano: entre o Estado, os heróis e a sociedade civil*. Rio de Janeiro: FGV, Tese de Doutorado, 2016.

LESSA, Sérgio e TONET, Ivo. *Proletariado e sujeito revolucionário*. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LENIN, Vladimir I. *Que Fazer?* s/d. Disponível em <http://pcb.org.br/portal/docs/quefazer.pdf>. Acesso em 10/06/2017.

MAGANE, Felipe Toledo. *Crítica Ontológica à Teoria da Democracia como Valor Universal de Carlos Nelson Coutinho*. São Paulo: PUC, 2007. (Dissertação de Mestrado).

MANDEL, Ernest. *Crítica del eurocomunismo*. Barcelona: Fontamara, 1982.

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e Revolução*. Ed.: 4^a. Florianópolis: Editora Insular, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. In. Textos (v. 3). São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

MÉZÁROS, István. *A Crise Estrutural do Capital*. 2^a Ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. 2.reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Strutural Crisis*. *New Left Review*, v. 2, n. 62, 2010.